

Jornal: **Boletim do Contribuinte**

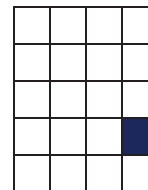
Periodicidade: **Quinzenal**

Tiragem:

Data: **02-01-2013**

Secção: **Capa/ Informação e Diversas**

Página: **1, 6, 7, 8 e 9**



NESTE NÚMERO:

- ***IRS - Novo sistema de faturação - modelos das faturas-recibo***
- ***IVA - as novas regras de faturação em 2013***

INFORMAÇÕES DIVERSAS

Regras de faturação em 2013

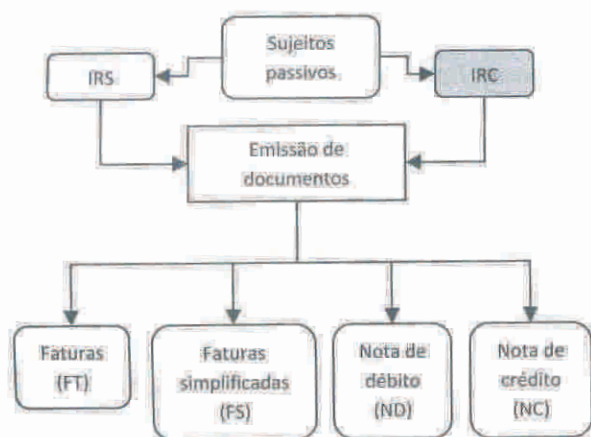
1 - Obrigatoriedade de utilização de programas informáticos de faturação certificados

1.1- Diploma legal

✓ A obrigatoriedade de utilização exclusiva de programas informáticos de faturação certificados encontra-se prevista na Portaria n.º 22-A/2012, de 24 de janeiro⁽¹⁾.

1.2 - Entidades abrangidas

✓ Aplica-se aos sujeitos passivos de IRS ou de IRC na emissão das suas faturas (FT), faturas simplificadas (FS), notas de débito (ND) e notas de crédito (NC).



1.3 - Exclusões

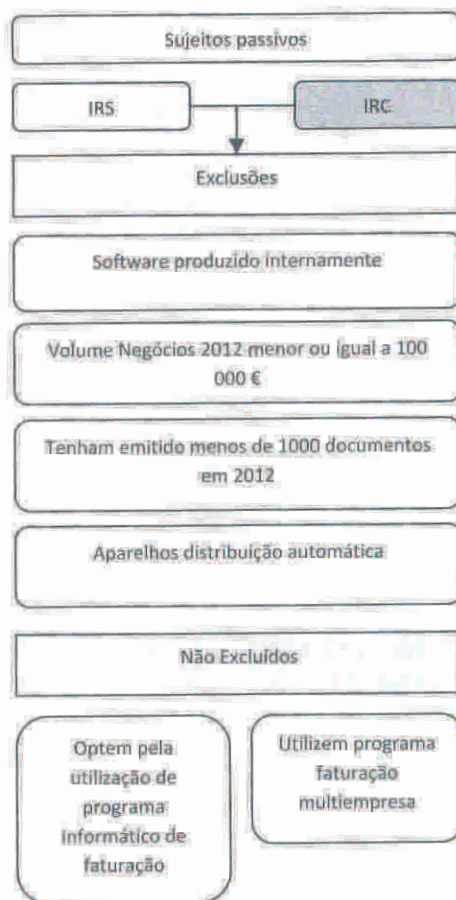
✓ No entanto, excluem-se desta obrigação os sujeitos passivos que reúnam algum dos seguintes requisitos:

- Utilizem software produzido internamente ou por empresa integrada no mesmo grupo económico, do qual sejam detentores dos respetivos direitos de autor;
- Tenham tido, no exercício de 2012, um volume de negócios inferior ou igual a € 100 000 (cem mil euros);
- Tenham emitido, no exercício de 2012, um número de faturas, documentos equivalentes ou talões de venda inferior a 1 000 unidades;
- Efetuem transmissões de bens através de aparelhos de distribuição automática ou prestações de serviços em que seja habitual a emissão de talão, bilhete de ingresso ou de transporte, senha ou outro documento pré-impresso e ao portador comprovativo do pagamento.

1.4 - Situações não excluídas

✓ Pese embora as exclusões elencadas anteriormente, são ainda obrigados a utilizar programa certificado:

- Os sujeitos passivos que, embora não estejam obrigados, optem pela utilização de programa informático de faturação;
- Os sujeitos passivos que utilizem programa de faturação multiempresa.



1.5 - Possibilidade de utilização de faturas impressas em tipografias

✓ Os sujeitos passivos que se encontrem obrigados a utilizar programas informáticos de faturação certificados só podem emitir faturas impressas em tipografias autorizadas em caso de inoperacionalidade do programa de faturação (avaria, falha de corrente ou outro acontecimento similar), devendo ser posteriormente recuperadas para o programa.

2 - Profissionais liberais

2.1- Diploma Legal

✓ A obrigatoriedade de preenchimento e emissão do recibo verde eletrónico encontra-se prevista na Portaria n.º 879-A/2010, de 29 de Novembro.

✓ A partir de 1 de julho de 2011 os profissionais liberais que exerçam profissões constantes na tabela de atividades anexa ao artigo 151.º do Código do IRS ficaram obrigados a emitir recibos verdes eletrónicos diretamente no Portal das Finanças na Internet, desde que o montante anual ilíquido dos seus rendimentos seja superior a € 10 000 e não resulte da prática de ato isolado.

2.2- Substituição dos recibos verdes por faturas

✓ A Portaria n.º 426-B/2012⁽²⁾, de 28 de Dezembro, aprovou novos modelos de faturas-recibo a emitir por via eletrónica no Portal das Finanças (www.portaldasfinancas.gov.pt), as quais substituem os recibos verdes eletrónicos a partir de 1 de janeiro de 2013.

INFORMAÇÕES DIVERSAS

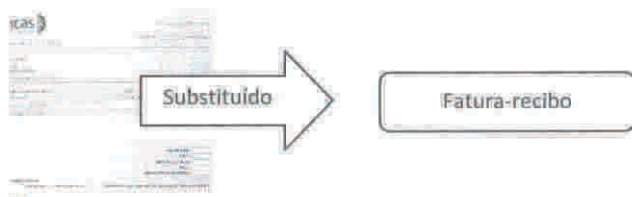
✓ Uma das metas desta alteração é não confundir os contribuintes, uma vez que a partir de 1 de janeiro de 2013 há profissões que passam a estar obrigadas a emitir faturas eletrónicas.

✓ Assim, os profissionais liberais passam a emitir os seguintes modelos de faturas-recibo:

- a) Modelo de fatura-recibo emitido;
- b) Modelo de fatura-recibo emitido para ato isolado;
- c) Modelo de fatura-recibo sem preenchimento.

✓ Existe, no entanto, uma exceção: Os titulares de rendimentos da categoria B enquadrados no regime especial de isenção previsto no artigo 53.º do Código do IVA, podem optar por:

- a) Emitir fatura-recibo por via eletrónica, ficando sujeitos, a partir desse momento, às regras gerais da emissão por esta via;
- b) Utilizar fatura-recibo em suporte de papel sem preenchimento, adquirida nos serviços de finanças ao preço unitário de € 0,10 (dez centimos).



3 - Obrigatoriedade de emissão de faturas

3.1 - Diploma legal

✓ O Decreto-Lei n.º 197/2012 ⁽³⁾, de 24 de agosto, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2013, prevê que os sujeitos passivos não podem emitir e entregar documentos de natureza diferente da fatura para titular a transmissão de bens ou prestação de serviços aos respetivos adquirentes ou destinatários, sob pena de aplicação das penalidades legalmente previstas.

3.2- Consagração da emissão de faturas e situações excecionais

✓ Os sujeitos passivos devem emitir obrigatoriamente uma fatura por cada transmissão de bens ou prestação de serviços, independentemente da qualidade do adquirente dos bens ou destinatário dos serviços (sujeito passivo ou particular), ainda que estes não a solicitem, bem como pelos pagamentos que lhes sejam efetuados antes da data da transmissão de bens ou da prestação de serviços.

✓ As vendas ao dinheiro, os talões de venda, as faturas-recibo e documentos equivalentes serão, obrigatoriamente substituídos por faturas, ou, nos casos em que tal for admissível, por faturas simplificadas.

✓ Em determinadas atividades, sem prejuízo da obrigação de registo das transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas, a obrigatoriedade de emissão de faturas pode ser cumprida mediante a emissão de documentos ou do registo das operações, respetivamente, nas seguintes operações:

a) Prestações de serviços de transporte, de estacionamento, portagens e entradas em espetáculos, quando seja emitido um bilhete de transporte, ingresso ou outro documento ao portador comprovativo do pagamento;

b) Transmissões de bens efetuadas através de aparelhos de distribuição automática que não permitam a emissão de fatura.

✓ Os condomínios e os senhorios, não sendo sujeitos passivos de IVA (IRS ou IRC), não estão sujeitos à obrigação de emissão de fatura, consequentemente à comunicação dos respetivos elementos.

✓ Nas vendas de imóveis a escritura pode substituir a fatura nas transmissões com sujeição a IVA, nos termos do artigo 1.º, n.º 2, do regime da renúncia à isenção do IVA nas operações relativas a bens imóveis. A comunicação à AT é efetuada pelos notários, através da Declaração MOD 11. Porém, pode o sujeito passivo alienante emitir fatura se assim o entender, caso em que deve efetuar a sua comunicação.

3.3- Emissão de faturas simplificadas

✓ A obrigatoriedade de emissão de fatura pode ser cumprida através da emissão de uma fatura simplificada em transmissões de bens e prestações de serviços cujo imposto seja devido em território nacional, nas seguintes situações:

a) Transmissões de bens efetuadas por retalhistas ou vendedores ambulantes a não sujeitos passivos, quando o valor da fatura não for superior a € 1000;

b) Outras transmissões de bens e prestações de serviços em que o montante da fatura não seja superior a € 100.

✓ De acordo com os esclarecimentos divulgados pela AT, no Ofício Circularizado n.º 30141/2013, emitido em 4 de janeiro de 2013, para a determinação dos montantes constantes nas alíneas a) e b) supra, o valor da fatura deve ser considerado sem inclusão do correspondente IVA.

✓ As faturas simplificadas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos:

a) Nome ou denominação social e número de identificação fiscal do fornecedor dos bens ou prestador dos serviços;

b) Quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados;

c) O preço líquido de imposto, as taxas aplicáveis e o montante de imposto devido, ou o preço com a inclusão do imposto e a taxa ou taxas aplicáveis;

d) Número de identificação fiscal do adquirente ou destinatário, quando for sujeito passivo;

e) Número de identificação fiscal do adquirente ou destinatário que não seja sujeito passivo (consumidor final), quando este o solicite.

3.4- Registo das operações em caso de emissão de faturas simplificadas

✓ Os sujeitos passivos que emitam faturas simplificadas e não utilizem sistemas informáticos integrados de faturação e contabilidade podem efetuar o registo das operações, realizadas diariamente com não sujeitos passivos, pelo montante global das contraprestações recebidas pelas transmissões de bens e prestações de serviços tributáveis, imposto incluído, assim como pelo montante das contraprestações relativas às operações não tributáveis ou isentas.

✓ O registo referido anteriormente deve ser efetuado, o mais tardar, no 1.º dia útil seguinte ao da realização das operações, com base em duplicados das faturas emitidas, em

(Continua na pág. seguinte)

INFORMAÇÕES DIVERSAS

(Continuação da pág. anterior)

extratos diários produzidos pelos equipamentos eletrónicos relativos a todas as operações realizadas ou em folhas de caixa, que podem substituir o mesmo registo desde que contenham a indicação inequívoca de um único total diário.

3.5 - Direito à dedução do IVA

✓ Por sua vez, os adquirentes dos bens ou destinatários dos serviços só podem deduzir o IVA mencionado em faturas passadas na forma legal (Faturas ou Faturas simplificadas), devendo conter, obrigatoriamente, o nome e NIF do adquirente.

4 - Obrigatoriedade de comunicação das faturas à Autoridade Tributária (AT)

4.1 - Diploma legal

✓ O Decreto-Lei n.º 198/2012 ⁽⁴⁾, de 24 de agosto, alterado pela Lei do Orçamento do Estado para 2013, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2013, criou medidas de controlo da emissão de faturas e outros documentos com relevância fiscal e respetivos aspetos procedimentais, para reforçar o combate à informalidade e à evasão fiscal.

✓ Em traços gerais, as pessoas, singulares ou coletivas, que tenham sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em território português e aqui pratiquem operações sujeitas a IVA, são obrigadas a comunicar à Autoridade Tributária a Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, os elementos das faturas emitidas nos termos do Código do IVA.

4.2 - Vias e prazo para a comunicação dos elementos das faturas

✓ Os sujeitos passivos podem comunicar os elementos das suas faturas à Autoridade Tributária (AT), por uma das seguintes vias:

- Por transmissão eletrónica de dados em tempo real, integrada em programa de faturação eletrónica;
- Por transmissão eletrónica de dados, mediante remessa de ficheiro normalizado estruturado com base no ficheiro SAF-T (PT), criado pela Portaria n.º 321 -A/2007, de 26 de março, alterada pela Portaria n.º 1192/2009, de 8 de outubro, contendo os elementos das faturas;
- Por inserção direta no Portal das Finanças (a comunicação por esta via pode ser utilizada pelos agentes económicos que não utilizem software de faturação e apenas emitam uma quantidade reduzida de faturas através da digitação de todos os dados relevantes, no Portal das Finanças);
- Por outra via eletrónica, nos termos a definir por portaria do Ministro das Finanças.

✓ Os sujeitos passivos que sejam obrigados a produzir o ficheiro SAF-T (PT), criado pela Portaria n.º 321 -A/2007, de 26 de março, alterada pela Portaria n.º 1192/2009, de 8 de outubro, devem optar por uma das modalidades constantes das alíneas a) e b) supra.

✓ Foi consagrada uma disposição transitória na Portaria n.º 426-A/2012 ⁽⁵⁾, de 28 de dezembro, do Ministro das Finanças, que prevê duas situações distintas:

- Para os sujeitos passivos que não sejam obrigados a possuir o ficheiro SAF-T (PT), nem programa de faturação certificado, no ano de 2013, apenas estão obrigados ao preenchimento, no campo referente à Informação Parcial, dos elementos respeitantes à primeira e última fatura, de cada série, emitidas no período a que se refere a declaração, bem como dos elementos das faturas que contenham o NIF do adquirente.
- No decurso do ano de 2013, os sujeitos passivos que pratiquem operações isentas ao abrigo do artigo 9.º do CIVA, os sujeitos passivos enquadrados no regime especial de isenção, previsto no artigo 53.º do CIVA, bem como os sujeitos passivos enquadrados no regime previsto no artigo 60.º do CIVA, que não tenham emitido mais de 10 faturas, com o NIF do adquirente, no mês a que respeita a declaração, podem entregar, presencialmente ou através de remessa por correio registado, o modelo oficial da declaração em papel, devidamente preenchido, em qualquer Serviço de Finanças ou outra entidade com quem a AT celebre protocolo para o efeito, não lhes sendo aplicável a parte final do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto.

✓ Apresenta-se em seguida o modelo de declaração constante na Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de dezembro:

DECLARAÇÃO PARA COMUNICAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS FATURAS

INFORMAÇÃO GERAL

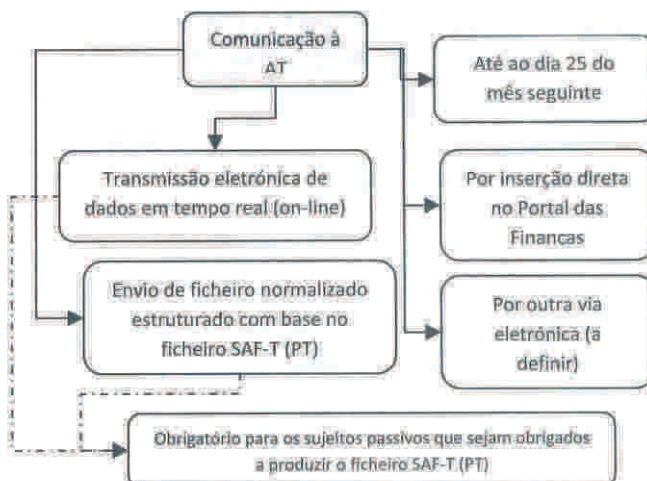
INFORMAÇÃO DA FATURA

COMUNICAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS FATURAS

DECLARAÇÃO

✓ Não se deve alterar a via de comunicação no decurso do ano civil a que respeita, ou seja, a modalidade de comunicação dos elementos das faturas pela qual o agente económico/comerciante optou deverá ser mantida ao longo de todo o ano civil, não se devendo proceder à alteração para outra modalidade.

✓ A comunicação referida anteriormente deve ser efetuada até ao dia 25 do mês seguinte ao da emissão da fatura, ou seja, a comunicação da faturação do mês de janeiro de 2013 deve ser efetuada até 25 de fevereiro e assim sucessivamente.



INFORMAÇÕES DIVERSAS

4.3 - Elementos obrigatórios na comunicação dos dados das faturas à AT

✓ A AT disponibiliza no Portal das Finanças o modelo de dados para comunicação, devendo dele constar os seguintes elementos relativamente a cada fatura:

- Número de identificação fiscal do emitente
- Número da fatura
- Data de emissão
- Tipo de documento
- Número de identificação fiscal do adquirente que seja sujeito passivo de IVA, quando tenha sido inserido no ato de emissão
- Número de identificação fiscal do adquirente que não seja sujeito passivo de IVA, quando este solicite a sua inserção no ato de emissão
- Valor tributável da prestação de serviços ou da transmissão de bens
- Taxas aplicáveis
- O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se aplicável
- Montante de IVA liquidado

4.4 - Comunicação no caso de utilização de vários postos de faturação

✓ As entidades que disponham de vários postos de faturação podem enviar um ficheiro SAF-T (PT) por cada posto de faturação.

✓ No entanto, se tiverem um sistema que integre a faturação emitida por esses postos, podem entregar um só ficheiro SAF-T (PT), tendo em conta que o objetivo é que as faturas sejam todas comunicadas.

4.5 - Entidades que têm acordos de auto-faturação com os seus clientes, onde quem elabora a fatura (autofatura) é o adquirente do serviço/bem, por conta do prestador do serviço/transmitente do bem ("vendedor")

✓ Nestes casos, pese embora a fatura seja elaborada pelo adquirente, a obrigação da comunicação é sempre do "emitente" (prestador do serviço/transmitente), ou seja, do sujeito passivo em nome do qual é emitida a fatura.

✓ Logo, para que possa comunicar essas faturas pode optar por várias vias:

- A entidade que elabora as faturas (emite as autofaturas) produz o ficheiro SAF-T (com os dados do prestador/transmitente) e entrega-o ao emitente para que este o submeta; ou
- O cliente que autofatura utiliza o webservice para enviar as faturas, tendo previamente o emitente criado um subutilizador para autorizar a empresa que elabora as faturas a enviá-las à AT.

5 - Incentivo fiscal pela exigência de fatura

5.1- Diploma legal

✓ O Decreto-Lei n.º 198/2012⁽⁴⁾, de 24 de agosto, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2013, criou um incentivo de natureza fiscal à exigência de faturas por adquirentes que sejam pessoas singulares e as aquisições estejam fora do âmbito da sua atividade empresarial ou profissional.

✓ A dedução será efetuada na declaração de IRS referente ao exercício de 2013, a apresentar em 2014.

5.2 - Setores de atividade abrangidos

✓ Os adquirentes passam a poder deduzir à coleta do IRS um montante correspondente a 5% do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, com o limite global anual de € 250 por agregado familiar, que conste de faturas que titulem prestações de serviços comunicadas à AT, desde que relacionados com a (i) manutenção e reparação de veículos automóveis; (ii) manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios; (iii) alojamento, restauração e similares; e (iv) atividades de salões de cabeleireiro e institutos de beleza.

✓ Numa primeira fase, no que diz respeito ao benefício fiscal em sede de IRS para os adquirentes, a medida tem aplicação apenas para os quatro setores de atividade anteriormente elencados, por se considerar que, à nível internacional, o risco de fraude e evasão fiscais é elevado, podendo posteriormente vir a ser alargada a outros setores.

5.3 - Formalidades para obtenção do benefício fiscal

✓ A medida consagra que os adquirentes devem exigir ao emitente a inclusão do seu NIF nas faturas, competindo-lhes também verificar se até ao final do mês seguinte ao da sua emissão, foram disponibilizados no Portal das Finanças os elementos das faturas dos serviços que lhes foram prestados por entidades daqueles quatro setores, devendo manter na sua posse as faturas que não tenham sido regularmente comunicadas pelo sujeito passivo emitente à AT e disponibilizadas no Portal das Finanças, por um período de quatro anos, contado a partir do final do ano em que ocorreu a aquisição.

✓ Já as pessoas singulares que sejam sujeitos passivos de IVA devem também indicar no Portal das Finanças, quais as faturas que titulam aquisições efetuadas fora do âmbito da sua atividade empresarial ou profissional, sob pena de todas as faturas em que constam como adquirentes não serem elegíveis para o incentivo fiscal.

5.4 - Quantificação do benefício fiscal

✓ Em termos práticos, o Estado abre mão de 1,15% do seu IVA (5% X 23%), incentivando deste modo e por esta via, o combate à fraude e evasão fiscais, nos setores que considera mais propensos à "fuga ao fisco". Do lado dos adquirentes, reforça-lhes também o papel de "agentes fiscalizadores", tendo como público-alvo os contribuintes com rendimentos mais elevados, que lhes permita desembolsar, na aquisição de bens e serviços nos quatro setores identificados, por agregado familiar, montantes anuais na ordem dos € 26.740, para beneficiarem do incentivo fiscal máximo dos € 250.

Jorge Pires e João Gomes

Moneris RISA – Serviços de Gestão, S.A.

N.R. 1 – O DL n.º 22-A/2012, de 24.1, foi oportunamente publicado no Bol. do Contribuinte, 2012, pág. 75

2 – A Port. n.º 426-B/2012, de 28.12, é publicada na pág. 17 deste número.

3 – O DL n.º 197/2012, de 24.8, foi transcrito o Boletim do Contribuinte, 2012, pág. 604, e entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2013.

4 – O DL n.º 198/2012, de 24.8, foi transcrito o Boletim do Contribuinte, 2012, pág. 614.

O Regime de Bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA, 147/2003, de 11.7, atualizado e republicado pelo DL n.º 198/2012, encontra-se publicado no Boletim do Contribuinte, 2012, pág. 650 e seguintes.

5 – A Port. n.º 426-A/2012, de 28.12, é publicada na pág. 15 deste número.